



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 138/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1687/2014 – 02 volumes.**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Secretaria Municipal do Centro – SEMC.
- 4- Exercício:** 2013.
- 5- Responsável:** Sr. Rafael Lemos Assayag, Gestor e Ordenador de Despesa.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD/MA – Relatório Conclusivo nº. 35/2014 (fls. 347/369).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 152/2015-MP MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 370/371v).
- 8- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria Municipal do Centro, exercício 2013.

Regular com Ressalvas. Recomendação à origem. Quitação ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal do Centro-SEMC, exercício de 2013, sob a responsabilidade do Sr. **Rafael Lemos Assayag**, Secretário Municipal do órgão e ordenador de despesas, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Recomendar à origem que cumpra as exigências contidas:

9.2.1- No artigo 4º da Resolução TCE nº 10/2012 c/c o § 1º, art.15, da LC nº 06 de 22/01/91, com nova redação dada pela LC nº 24/2000;

9.2.2- No artigo 31 e 74 da Constituição Federal, art. 45 da CE e art. 43 da Lei nº 2423/96- LO. Cumpra as, alínea “c”, incisos I, XVII, IX e X, da Res. TCE nº 08/2011, sob pena das sanções legais;

9.3- Dar quitação ao responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de março de 2015.

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 138/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quórum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente) Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral